



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 1992/1983		
Ementa DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS.		
Data da Norma 21/09/1983	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma	Norma Relacionada	Efeito da Norma Relacionada
09/11/1984	Lei Ordinária nº 2083/1984	Alterada pela
04/03/1985	Lei Ordinária nº 2115/1985	Norma correlata
16/11/2023	Lei Complementar nº 103/2023	Revogada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.992 DE 21 DE SETEMBRO DE 1.983

"Dispõe sobre criação da Taxa de Conservação das Redes de Água e de Esgotos Sanitários".

O ENGº JOSÉ CARLOS TONIN, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Taxa de Conservação das Redes de Água e de Esgotos Sanitários.

Art. 2º - A Taxa de Conservação das Redes de Água e de Esgotos Sanitários recai sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos não edificados, marginais às vias e logradouros públicos que tenham à disposição redes de abastecimento de água ou coleta de esgoto, ligados ou não às mesmas.

Art. 3º - Constitui fato gerador da Taxa de Conservação das redes de Água e de Esgotos Sanitários a utilização efetiva ou potencial dos serviços de conservação, reparação ou manutenção das redes de abastecimento de água ou coleta de esgoto, executados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos-SAAE de Indaiatuba,

Art. 4º - O contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de terrenos não edificados, situados em vias e logradouros públicos beneficiados pelos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 5º - A Taxa será calculada e cobrada anualmente por metro linear ou fração em toda a extensão do imóvel, nos seus limites com as vias e logradouros públicos, à razão de:

I - 0,03 (Três centésimos) do Valor de Referência para os terrenos que possuam os serviços de conservação de rede de água e de conservação de rede de esgoto;

CONFERIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

II - 0,015 (quinze milésimos) do Valor de Referência para os terrenos que possuam apenas um dos serviços referidos no item anterior.

Parágrafo Único - Quando o terreno tiver mais de uma testada para a via pública, a taxa será calculada - por metro linear, à razão de 50% (cinquenta por cento) da soma de suas testadas.

Art. 6º - A TAXA de que trata esta lei será lançada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE- de Indaiatuba, para pagamento em 03 (três) parcelas intercaladas e cobrada nos prazos fixados em decreto do Executivo.

Art. 7º - Os contribuintes que pagarem de uma só vez a taxa instituída por esta lei, até o prazo do vencimento da primeira parcela, gozarão de um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da taxa.

Art. 8º - Aplica-se a esta lei, no que couber, as disposições contidas no Título VI - Das Disposições Finais e Transitórias, do Código Tributário do Município de Indaiatuba, instituído pela Lei nº 1.284, de 20 de dezembro de 1.973, e alterações posteriores.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 21 de setembro de 1.983.

ENGº JOSÉ CARLOS TONIN
PREFEITO MUNICIPAL

